

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31/12/15 e 2014 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2015	2014
Circulante		13.732.200	12.052.263
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.992.035	8.250.917
Clientes e Operações a Receber	5	2.399.747	2.684.172
Estoques	6	771.966	919.247
Impostos a Recuperar	7	205.154	10.390
Outros Créditos	12	363.298	187.537
Não Circulante		11.174.547	3.900.785
Realizável a Longo Prazo		1.562.254	937.092
Depósitos Judiciais	8	1.562.254	937.092
Imobilizado		9.611.143	2.961.622
Intangível	9.2	1.150	2.070
Total		24.906.747	15.953.048

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2015 e 2014

1. **Contexto Operacional.** A Companhia foi constituída em 04/09/2000, dedicando-se à exploração de transporte rodoviário de passageiros, cargas e encomendas no Brasil e no Exterior, inclusive de passageiros e de prestação de serviços de transporte turístico de superfície, agenciamento, excursões, importação e exportação e participação no capital de outras companhias. O Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros são regulados pelo Poder Concedente Federal. O Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros são regulados pelo Poder Concedente Estadual. O Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros são regulados pelo Poder Concedente Municipal. 2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras.** Em 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP 627/13, que deliberou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, quando aplicado, ocorreram a partir de janeiro de 2015. 2.1. **Declaração de conformidade com relação às normas do CPC.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS emitidas pela International Accounting Standards Board - IASB adaptadas para a legislação brasileira, quando aplicável. 2.2. **Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. 2.3. **Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, e despesas. 3. **Principais Políticas Contábeis.** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. 3.1. **Reconhecimento de receitas.** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no momento da utilização dos serviços. As receitas são mensuradas pelo valor justo das contrapartidas recebidas ou a receber, líquidas de descontos e impostos relacionados a vendas cobradas em nome do governo brasileiro. 3.2. **Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Em 31/12/2015 e 2014, a Companhia não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para impairment. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificáveis que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgir, ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento foram fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Em 31/12/2015 e 2014, a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa classificados ao valor justo por meio de resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento.** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. Em 31/12/2015 e 2014, a Companhia possuía saldo de aplicações financeiras ao valor justo por meio de resultado. **Ativos financeiros disponíveis para venda.** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificados para o resultado do exercício. Em 31/12/2015 e 2014, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda. **Empréstimos e recebíveis.** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Em 31/12/2015 e 2014, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria compreendem os recebíveis de clientes. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas no resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **f) Caixa e equivalentes de caixa.** A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, bem como o passivo correspondente aos recursos recebidos. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida é reconhecida no resultado, quando aplicável. **Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "outros passivos financeiros". **a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para a compra no curto prazo; (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e (iii) é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgir; (ii) for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos ris-

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2015	2014
Circulante		3.836.501	4.046.106
Fornecedores		572.883	713.127
Empréstimos e Financiamentos	10	1.307.141	1.310.341
Obrigações Sociais	11	746.535	688.522
Obrigações Fiscais	7	938.150	1.105.357
Outras Passivos	12.2	271.791	228.758
Não Circulante		3.619.475	4.893.100
Empréstimos e Financiamentos	10	3.474.336	4.772.008
Obrigações Sociais	11	145.140	121.092
Patrimônio Líquido		17.450.771	7.013.841
Capital Social Realizado	16	15.100.000	5.500.000
Reservas de Lucros	16	2.350.771	1.513.841
Total		24.906.747	15.953.048

(Valores expressos em Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

cos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Nas datas dos balanços patrimoniais a Companhia não tinha passivos dessa natureza. **b) Outros passivos financeiros.** Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. Em 31/12/2015 e 2014, os passivos financeiros da Companhia classificados nesta categoria compreendem fornecedores, empréstimos e contas a pagar. **Baixa de passivos financeiros.** A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando as suas obrigações são pagas, extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa.** Na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos em bancos, chamada com outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e descobertos bancários. **3.4 Clientes e operações a receber.** A maior parte das vendas é efetuada com base em prazos normais de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver evidência, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. **3.5 Estoques.** Os estoques estão demonstrados pelo valor médio de compra, os quais são inferiores ao preço de mercado. **3.6 Imobilizado.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As seguintes vidas úteis em anos são usadas para a depreciação do imobilizado: **Anos:** Móveis e utensílios; 10; Veículos; 2,8; Computadores e Periféricos; 5; Máquinas e equipamentos; 10; Software; 5. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em 31/12/2015 e 2014. **3.7 Fornecedores.** Contas a pagar a fornecedores são obrigações com prazo normal de crédito e não estão sujeitas a juros. **3.8 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e contribuição social são calculados pelo método do lucro real, ou seja, para o imposto de renda, 15% (quinze por cento) sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais previstos na legislação fiscal, com um adicional de 10% sobre o lucro real superior a R\$ 240.000, e para a Contribuição Social, 9% sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de bases negativas previstas na legislação fiscal. **3.9 Contas e despesas.** Reconhecidas por regime de competência. **4. Caixa e Equivalentes.** Caixa e equivalente caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor. Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	745.782	543.134
Bancos	120.695	836.235
Aplicações de liquidez imediata	9.125.558	6.871.548
Total	9.992.035	8.250.917

5. Clientes e Operações a Receber.

Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos a receber	124.579	14.616
Cartão de crédito a receber	2.275.168	2.669.556
	2.399.747	2.684.172

6. Estoques.

Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Peças e acessórios	465.411	616.394
Óleo diesel e lubrificante	195.110	156.671
Pneus e câmaras	4.579	4.579
Outros materiais	106.866	141.603
	771.966	919.247

7. Impostos a Recuperar e Obrigações Fiscais.

Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Contribuição social	100	21
Imposto de renda	271	52
ICMS a recuperar	189.036	-
Outros impostos	15.747	10.317
Total dos impostos a recuperar	205.154	10.390
ICMS	506.597	600.272
Cofins	134.053	135.889
Contribuição social	86.818	89.588
Imposto de renda	162.646	234.572
Outros impostos	48.036	45.836
Total das obrigações fiscais	938.150	1.105.357
Diferença líquida	732.996	1.094.967

Os créditos federais (imposto de renda, contribuição social e IRRF) são recuperáveis com outros tributos federais. **8. Depósitos Judiciais.** Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos cíveis	1.103.191	804.980
Depósitos trabalhistas	402.768	75.817
Depósitos fiscais	56.295	56.295
	1.562.254	937.092

Estes valores foram depositados para suportar as ações judiciais cíveis e trabalhistas que estão sendo questionadas pela Companhia na justiça, conforme demonstrados na nota explicativa nº 13. **9. Imobilizado e Intangível.** Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2014	31/12/2015
Valor Líquido	9.611.143	9.611.143
Veículos	2.758.538	9.709.800
Computadores e periféricos	16.645	88.125
Móveis e utensílios	38.403	1.522
Máquinas e equipamentos	2.436	-
Benefitórias bens terceiros	145.600	224.000
Total do imobilizado	2.961.622	10.233.447
9.2 Intangível	1.150	1.150
Valor Líquido	2.070	2.070
Direito de uso de software	2.070	2.070
Total do intangível	2.070	2.070

Recuperabilidade de ativos: a) De acordo com o Pronunciamento CPC 01 "Redução ao valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em consonância com este pronunciamento, a Companhia através de seus especialistas, procedeu avaliações dos bens patrimoniais aplicando a metodologia atribuída pelo valor em uso dos ativos, e as comparou com as informações disponíveis de transações de vendas de ativos similares ou preços de mercado realizados no primeiro bimestre de 2016. Com base nas informações descritas, constatou-se que o valor do ativo recuperável, ou seja, o valor de avaliação dos ativos (valor líquido de venda) supera o valor contábil líquido, não gerando, portanto, perda a ser lançada. **b) Vida útil econômica e valor justo:** As taxas de depreciação aplicada estão adequadas e alinhadas de acordo com o padrão do setor. A vida útil remanescente dos bens apresentados pela área patrimonial da Companhia possui características específicas refletindo a realidade do bem, ou mesmo poderá ocorrer sua substituição objetivando modernização ou atualização tecnológica. Desta forma, a administração da Companhia manteve as mesmas taxas de depreciação ao final do tempo de vida útil dos ativos. **10. Empréstimos e Financiamentos.** Trata-se de financiamentos em moeda nacional junto a instituições financeiras, destinados para aquisição de novos ônibus, com incidência de encargos financeiros, com vencimentos finais de 15/01/2015 até 15/07/2021.

	31/12/2015	31/12/2014		
Moda-	En-	Amorti-	Não	Não
Banco	FINAME	ção	circulante	circulante
Banco Mercedes	3% aa	jul/21	1.307.141	3.474.336
			1.310.341	4.772.008
Total dos Empréstimos e Financiamentos			1.307.141	3.474.336

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Exercícios findos em 31/12/15 e 2014

(Valores expressos em reais)	Nota	2015	2014
Receita Operacional Líquida	17	31.940.474	31.398.208
Custos dos Serviços Prestados		(23.017.654)	(24.660.764)
Lucro Operacional Bruto		8.922.819	6.737.444
Receitas (Despesas) Operacionais		(4.973.970)	(5.239.558)
Despesas Comerciais	18	(3.325.651)	(3.194.752)
Despesas Administrativas	18	(1.580.402)	(1.687.982)
Despesas Tributárias		(197.500)	(188.850)
Despesas Financeiras	19	(688.963)	(975.229)
Receitas Financeiras	19	1.201.906	639.358
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(383.361)	167.898
Resultado Antes do IRPJ e CSLL		3.948.850	1.497.886
Imposto de renda	20	(1.160.991)	(382.976)
Contribuição Social	20	(437.087)	(150.114)
Lucro Líquido do Exercício		2.350.771	964.795
Resultado por cotas - R\$		0,16	0,18

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/15 e 2014

(Valores expressos em reais)	Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros Acumulados	Lucros
Saldos em 01/01/2014	5.500.000	549.047	4.550.325	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	964.795
Constituição de Reservas	-	48.240	-	(48.240)
Reserva de Lucros	-	-	916.555	(916.555)
Distribuição de Lucros	-	-	(4.550.325)	-
Saldos em 31/12/2014	5.500.000	597.287	916.555	-
Aumento de Capital	9.600.000	(597.286)	(916.555)	8.086.159
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.350.771
Constituição de Reservas	-	117.539	-	(117.539)
Reserva de Lucros	-	-	2.233.233	(2.233.233)
Saldos em 31/12/2015	15.100.000	117.539	2.233.233	-

Como se tratam de financiamentos para aquisição de veículos novos, os mesmos são dados em garantia para liquidação da dívida. A composição dos vencimentos do Não Circulante é dada pela seguinte composição de vencimento: **31/12/2015, Ano - Total, 2017: 1.297.673; 2018: 725.823; 2019: 600.480; 2020: 600.480; 2021: 249.880; Total: 3.474.336.** 11. **Obrigações Sociais.** Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
INSS a Pagar	150.131	157.365
Provisão de Férias	426.121	383.901
Provisão de Encargos s/Férias	124.490	103.649
Depósitos Sub-judice (INSS)	145.140	121.992
Outros	45.793	43.607
	891.757	809.614

12. Outros Créditos e Outros Passivos.

Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Expresso do Sul Lcodora Ltda.	95.200	95.200
Viação Catarinense Ltda.	44.699	39.150
Viação Cometa S/A.	21.479	16.431
Opção Turismo	35.426	-
Taxa de Embarque a Pagar	5.150	4.928
Passagens Devolvidas a Pagar	26.418	47.170
Aluguéis a Pagar	6.013	4.504
Utilidades e Serviços	4.724	3.